

A ESPACIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DO TOCANTINS

Johnny Trindade de Assis ¹

RESUMO

Para compreender o fortalecimento da Educação Especial através das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES) no Brasil, é imperativo demarcar o processo histórico pelo qual elas surgem. A pesquisa realizada neste trabalho tem o objetivo de realizar uma análise da espacialização do ensino especial no Tocantins através da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES). Esta proposta de estudo foi realizada para auxiliar na composição do trabalho de dissertação construído junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia de Porto Nacional- TO e com foco na educação especial do estado do Tocantins. Os procedimentos metodológicos adotados basearam-se em levantamento bibliográfico com revisão de literatura (MARCONI e LAKATOS, 2006), acerca dos conceitos e categorias vinculados a pesquisa (espacialização, educação especial, APAE, ensino de geografia e outras categorias relevantes à pesquisa), além de uma análise documental a partir de materiais cedidos pela Federação Tocantinense para mapeamento das APAES ativas, inativas e em processo de autorização para funcionamento. A partir dessa análise documental da espacialização da educação especial no território tocantinense, será possível compreender a expansão do atendimento educacional especializado para as pessoas com deficiência. É importante reconhecer a trajetória de crescimento da APAE no Tocantins, porém, observa-se no decorrer da história uma lentidão em atender as demandas para essa modalidade de ensino.

Palavras-chave: Espacialização, Educação Especial, APAE.

ABSTRACT

To understand the strengthening of Special Education through the Associations of Parents and Friends of the Exceptional (APAES) in Brazil, it is imperative to demarcate the historical process through which they emerge. The research carried out in this work aims to carry out an analysis of the spatialization of special education in Tocantins through the Association of Parents and Friends of the Exceptional (APAES). This study proposal was carried out to assist in the composition of the dissertation work built together with the Postgraduate Program in Geography of Porto Nacional-TO and focusing on special education in the state of Tocantins. The methodological procedures adopted are based on a bibliographical survey with literature review (MARCONI and LAKATOS, 2006), about the concepts and categories linked to research (spatialization, special education, APAE, geography teaching and other categories relevant to research), in addition of a documentary analysis based on materials provided by the Tocantinense Federation to map active, inactive APAES and those in the process of authorization for operation. Based on this documentary analysis of the spatialization of special education in Tocantins, it will be possible to understand the expansion of specialized educational services for people with disabilities. It is important to recognize the growth trajectory of APAE in Tocantins, however, throughout history there has been a slowness in meeting the demands for this teaching modality.

Keywords: Spatialization, Special Education, APAE.

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins. Mestrando pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Tocantins Campus de Porto Nacional. (PPGG), johnnydno.geo@gmail.com;

INTRODUÇÃO

Para compreender o fortalecimento da Educação Especial através do nascimento das APAES no Brasil, se torna essencial entender o processo histórico pelo qual ela surge. A negligência social e governamental com pessoas com deficiência tem registros de longas datas, com exclusão na prestação de serviços essenciais, como educação e saúde à população, se tornando um gatilho para o levante de movimentos de grupos sociais. Essas iniciativas tinham como objetivo que as demandas ignoradas fossem atendidas e que houvesse um melhor assessoramento pelo setor público.

Nessa perspectiva a pesquisa realizada neste trabalho, não tem a intenção de intervir, sob qualquer ótica, nas funções dos indivíduos, tão somente, tem o objetivo de realizar uma análise da espacialização do ensino especial no Tocantins através da Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES), tendo como referência as escolas que atuam nessas unidades. Pois, segundo Cavalcanti (2012, p. 45) a escola “é um lugar de encontro de culturas, de saberes, de saberes científicos e saberes cotidianos”, um ambiente onde as relações sociais e de convivência acontecem.

A necessidade de compreensão sobre essa espacialização do ensino se torna essencial, tendo em vista as características peculiares que permeiam a realidade da pessoa com deficiência. Pois, o ensino de Geografia possui um papel importante para o enfrentamento dessas questões, uma vez que atua diretamente com a produção e transformação do espaço e ela como ciência crítica permite uma reflexão a partir do ambiente que o cidadão está inserido. De acordo com Crozara e Sampaio (2008, p. 2) “a escola inclusiva ajuda o indivíduo no princípio da igualdade de oportunidades educativas com várias competências, ajudando-a a compreender a sua realidade e refletir sobre ela”.

O trabalho aqui apresentado baseia-se num recorte temporal que reflete a realidade da modalidade de ensino em questão do ano de 2023, tendo em vista que o processo de espacialização do ensino especial está em constante modificação, indo em conformidade a ampliação das unidades pelo território tocantinense ou até mesmo por fechamento de outras.

METODOLOGIA

Esta proposta de estudo foi realizada para auxiliar na composição do trabalho de dissertação construído junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia de Porto Nacional-



O foco está na educação especial do estado do Tocantins. Trata-se de uma pesquisa que busca analisar a prática docente de professores que atuam na educação especial e seus desafios para ensinar Geografia na APAE do município de Palmas, e para compreender esse recorte se torna fundamental a compreensão da espacialização dessas unidades pelo território em âmbito estadual.

Os procedimentos metodológicos adotados basearam-se em levantamento bibliográfico com revisão de literatura (MARCONI e LAKATOS, 2006), acerca dos conceitos e categorias vinculados a pesquisa (espacialização, educação especial, APAE, ensino de geografia, educação especial, e outras categorias importantes relativas à pesquisa). Além de uma análise documental a partir de materiais cedidos pela Federação Tocantinense para mapeamento das APAES ativas, inativas e em processo de autorização para funcionamento. Informações importantes que deram suporte para compreensão do início da educação especial no Tocantins e como está distribuída pelo território.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação para alunos com deficiência é um dos assuntos mais recorrentes nas discussões que permeiam a educação brasileira, sua trajetória é marcada por desafios ao longo de toda história, mesmo tendo ela um caráter de necessidade básica e fundamental. Para as pessoas com deficiência a situação era mais complicada, havia um desconhecimento do potencial desses indivíduos, inclusive, isolados em casas de saúde e/ou ao ostracismo no próprio seio familiar. De acordo com Bezerra (2020, p. 101), “[...] até o início do século XX, a sociedade brasileira, muito atrelada, ainda, ao modelo agrário, podia ser caracterizada pelo pouco avanço da educação escolar e da urbanização. [...] as deficiências cognitivas, em específico nos casos menos severos, passaram quase despercebidas em nosso país”. Sendo ignorado como problema de cunho nacional. Na análise histórica,

A educação popular, e muito menos a dos deficientes, não era motivo de preocupação. Na sociedade ainda pouco urbanizada, apoiada no setor rural, primitivamente aparelhado, provavelmente poucos eram considerados deficientes mentais; havia lugar, havia alguma tarefa que muitos deles executassem. A população era iletrada em sua maior parte, as escolas eram escassas [...], e dado que só recorriam a ela as camadas sociais alta e média, a escola não funcionou como crivo, como elemento de patenteação de deficiências. Havia pouca divergência entre o modo de conceber o mundo que nela se difundia e da família da qual o aluno fazia parte. Certamente só as crianças mais lesadas despertavam atenção e eram recolhidas em algumas instituições (JANNUZZI, 2006, p. 16).

A realidade começa a mudar significativamente nas primeiras décadas do século XX, no período da Primeira República (1889-1930), uma vez que a escola vai sendo entendida, paulatinamente, como marco de superação do atraso cultural e econômico vivenciado pelo país, no olhar dos republicanos e dos reformadores educacionais, que buscaram, nas teorizações da Escola Nova, como a principal fonte para suas idealizações. Aparece, então, a intenção de repensar a escola brasileira, uma preocupação de modo que ela precisava ser eficiente, saudável e com planejamento preciso para levar a sério o seu papel modernizante. Ao destacar a individualidade dos alunos e imputar às situações orgânicas e psicológicas de cada um, floresce as percepções das (im)possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo, tendo em vista, os pedidos de expansão da oferta de escolas, baseada em novas metodologias de ensino, com ajustes aos diferentes perfis e aptidões. Já em 1920, o movimento da Escola Nova acabou por contribuir para visibilidade à questão dos excepcionais ou daqueles que apresentavam uma aprendizagem diferente dos padrões dito normal. (BEZERRA, 2020, p. 102).

Na efervescência provocada por essas discussões do início do século XX no âmbito da educação, a década de 1950 é marcada pelo intenso debate sobre o ensino público e o privado, e é nesse cenário multifacetado que surgiu a APAE. Então, através de um movimento pioneiro no Brasil para prestação de assistência médico-terapêutica às pessoas com deficiência intelectual surgiu em 1954 no Rio de Janeiro a primeira APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. A partir da iniciativa de um casal norte-americano o George Bemis e Beatrice, membros da fundação americana National Association for Retarded Children (NARC), alguns familiares, pais de crianças com deficiência começaram esse movimento e adquiriram um prédio com contribuição do governo federal, junto a um bom espaço de terreno para inicialização das atividades. Beatrice e George Bemis tiveram uma motivação pessoal para engajamento de criação da instituição, uma vez que ao chegarem no Brasil não encontraram nenhuma entidade de acolhimento para um filho com síndrome de down. (WESTENHOFEN, 2016, p. 30).

Com o crescente movimento apaeano, as autoridades do governo executivo e do legislativo a tratavam como problema do excepcional, de modo, que leis foram votadas e alguns governos passaram a repassar ajuda às APAES que se instalavam (MAZZOTTA, 2005, p. 46). Tanto que, em 1967, com respaldo do governo federal, houve ampliação das APAES pelo Brasil, que se expandiram para as demais capitais além do Rio de Janeiro e por consequência para as cidades interioranas, mantendo-se ainda como um movimento filantrópico. (DOMINGOS, 2005, p. 60).

Inicialmente a APAE contou com apoio e o espaço cedido por outra instituição, a Sociedade Pestalozzi, dando início às suas atividades pedagógicas em 1955, com formação de duas turmas com 20 crianças com deficiência.

Historicamente, devido ao crescimento do movimento “apaeano” pelo Brasil, no dia 10 de novembro de 1962, foi fundada a Federação Nacional da APAE (FENAPAE). A partir dessa criação buscou-se parcerias dos pais, familiares, profissionais da educação e saúde para garantir a inclusão da pessoa com deficiência, colocando em destaque a participação familiar como prioridade. A Associação de pais e amigos dos excepcionais tem perfil filantrópico e é composta pela sociedade civil, com atividade assistencial e educacional.

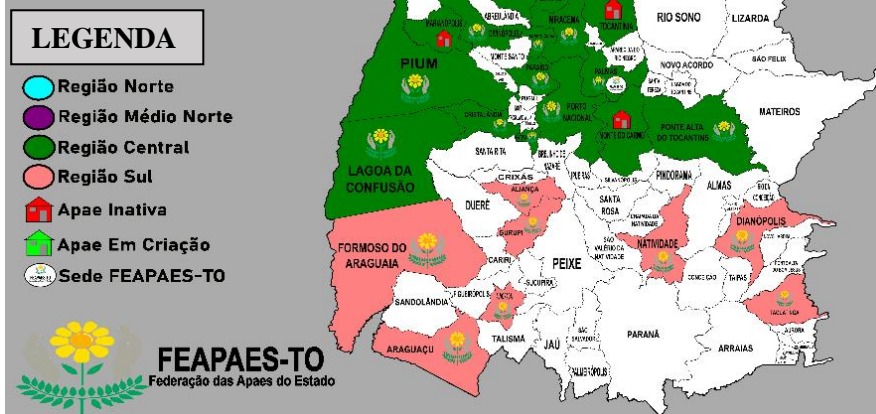
Em 1964, a primeira unidade assistencial da APAE de São Paulo foi instalada, cujo objetivo era dar habilitação profissional a meninas e adolescentes deficientes. No ano de 1967, ocorreu a fundação da Clínica de Diagnóstico e Terapia dos Distúrbios do Desenvolvimento Mental (Clideme), que se tornou o Centro de Habilitação da APAE de São Paulo. No início da década de 70, a APAE - SP abriu a primeira unidade com perfil multidisciplinar integrada para assistência a deficientes mentais e para formação de técnicos para especialização nesta área, chamada Centro de Habilitação de Excepcionais. (CORRÊA, 2010, p. 38).

De acordo com a FEAPAES-TO (2022, p. 2) no Tocantins, o movimento apaeano se iniciou ainda no município de Araguaína em 22 de janeiro de 1986 quando o estado era pertencente ao norte goiano. Com a criação do estado do Tocantins em 1989 outras 10 APAES já estavam em funcionamento até a fundação da Federação Estadual das APAES (FEAPAES-TO), que ocorreu em 29 de fevereiro de 1996 no município de Palmas-TO. Atualmente a FEAPAES-TO conta com 42 unidades ativas em todo estado do Tocantins e 12 unidades em fase em implantação.

Atualmente a FEAPAES-TO conta com 42 unidades ativas em todo estado do Tocantins, sendo 8 unidades pertencentes ao Conselho Regional Norte, representada pela APAE do município de Araguaína; 12 unidades pertencentes ao Conselho Regional Médio Norte, representada pela APAE do município de Colméia; 14 unidades pertencentes ao Conselho Regional Central, representada pelo município de Paraíso do Tocantins e 08 unidades que compõem o Conselho Regional Sul, representada pela APAE do município de Gurupi. A rede escolar da APAE compreende um total de 3.805 alunos matriculados em todo o estado do Tocantins nas escolas especiais. Para atender essa demanda educacional, são 1.435 profissionais cedidos pelo governo estadual e municipal e contribuição de voluntários de realizam atividades nas instituições. Conforme mapa abaixo.



MAPA DAS APAES NO ESTADO



Fonte: <https://apaeto.org.br/menu/mapadasapaesto>

À FEAPAES-TO compete a missão de articular as políticas públicas que busquem a melhoria na qualidade de vida da pessoa com deficiência, dando suporte técnico e logístico nas demandas para o desenvolvimento do trabalho realizado pelas APAES do estado. Segundo a Federação, são atendidos mais de 3.500 alunos nas Escolas Especiais autorizadas pelo Conselho de Educação através da Resolução nº 02/2001, cujo os recursos financeiros são de aportes de convênios com a SEDUC no qual a unidade escolar recebe anualmente 10 parcelas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), 10 parcelas da Gestão Escolar, 1 parcela anual do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE-básico) e 01 parcela anual do PDDE-conectado, além de contribuição de associados da APAE, convênio com a companhia de energia com aporte de 12 parcelas anuais a partir da campanha Apaenergia, da prefeitura através da cessão de funcionários e demais parceiros que se identificam com a causa.

Na área da reabilitação, algumas instituições contam com a parceria através da Secretaria Estadual e Municipal de Saúde para atendimento aos usuários, com profissionais da Fisioterapia, Enfermagem, Odontologia, Fonoaudiologia, Assistência Social, assim, como universidades que buscam as APAES como campo de estágio. Em 2017 a Federação dá um

salto qualitativo e a partir de um projeto consegue um prédio próprio como sede, contemplando ainda a criação do Instituto de Formação dos Profissionais das APAES no Tocantins (esse ainda em processo de conclusão). (FEAPAES-TO, 2022, p. 2)

Desde a implantação do movimento apaeano no país, é possível perceber mudanças ocorridas no processo de inclusão das pessoas com deficiência, que no atual cenário, já considera os educandos com necessidades educativas especiais como indivíduos que necessitam usufruir de seus direitos. O movimento incitou na moderna sociedade brasileira, mudanças nas estratégias educacionais e assistenciais, fomentando políticas públicas com resultados satisfatórios. A exemplo disso se tem a implantação desta Unidade Escolar, a Escola Especial Integração de Palmas-APAE.

O Art. 9º do Estatuto Social da APAE de Palmas descreve ainda sobre os fins e objetivos, e dentre eles consta a prestação de serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla. Para realização dessas atividades a Federação Estadual através da instrução normativa nº 002, de 22 de janeiro de 2020 possui parceria firmada com o Governo do estado do Tocantins através de um Termo de Cooperação Técnica, que dá as instituições a oportunidade de receberem recursos para Gestão e cessão de funcionários efetivos e a possibilidade de funcionários contratados para as diferentes áreas que abarcam o atendimento oferecido pela APAE.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo do processo histórico descrito por diferentes autores em relação ao ensino especial, observou-se uma evolução contínua, porém ocorrendo de forma lenta. Situação perceptível com a criação da primeira APAE no Brasil apenas na década de 1950, e especificamente no Tocantins na década de 1980, ainda norte goiano, e a implantação da educação especial no Estado só foi possível devido articulação da Federação das APAES com representantes sociais.

A educação especial no Tocantins recebe como herança o trabalho que já vinha sendo realizado durante todo tempo que pertenceu ao norte goiano, e com a separação pela Constituição de 1988 precisava se reorganizar para fortalecer os atendimentos às pessoas com deficiência. Por meio da Secretaria da Educação, Esporte e Juventude do Estado do Tocantins (SEDUC), são criadas as políticas públicas afirmativas que norteiam o processo educacional, com vistas a atender os princípios de equidade, igualdade de oportunidades e respeito pelas

diferenças. Nesse tocante, menciona-se, a Lei nº 1.360, de 31 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial nº 1.347, que trata sobre o Sistema Estadual de Ensino. Especificamente, no art. 64, versa sobre a educação especial, como um “conjunto de recursos pedagógicos e serviços de apoio que satisfaçam o direito à educação de todos os alunos portadores de necessidades educacionais especiais”.

Atualmente o Estado do Tocantins possui 139 municípios, destes, apenas 42 possuem APAE em funcionando e 05 foram desativas, nos respectivos municípios de Araguacema, Ananás, Monte do Carmo, Tocantínia e outra em Xambioá. Atualmente a Federação está na expectativa da abertura de 03 unidades nos municípios de Palmeirópolis, Esperantina e Campos Lindos. Outros municípios já manifestaram a necessidade de demanda para abertura, como Arraias, Recursolândia, Abreulândia, Dueré e Filadélfia. Essas iniciativas demonstram a intenção de expansão da educação especial pelas diferentes regiões do Estado, o que proporciona as pessoas com deficiência a possibilidade de mais um sistema para atendimento as suas necessidades.

Com base nesses processos de análise documental da espacialização da educação especial no território tocantinense, é fundamental compreender a necessidade de expansão do atendimento educacional especializado para as pessoas com deficiência. É importante reconhecer a trajetória de crescimento da APAE no Tocantins, porém, observa-se no decorrer da história uma lentidão em atender as demandas para essa modalidade de ensino. As parcerias firmadas pela FEAPAES-TO com governo estadual, municipal, empresas privadas e comunidade vem contribuindo para o fortalecimento para prestação de serviço a esse público tão específico.

A vasta literatura nacional sobre educação especial em sua maioria está relacionado a inclusão do aluno com deficiência no ensino regular, o que acarreta poucas discussões sobre a espacialidade da educação especial ofertada por escolas especiais, seja a nível de Brasil e no estado do Tocantins e tal situação provoca a necessidade de mais estudos sobre a educação especial realizado pelas instituições específicas de ensino que trabalham diretamente com aluno com deficiência.

Acredita-se que a escola sozinha não consegue promover o sucesso da aprendizagem, assim, espacializar esses espaços ajuda a compreender a dinâmica educacional adotada para atender essa modalidade de ensino. Pois, segundo Mazzotta (1982, p. 10) “a educação especial está [...] baseada na necessidade de proporcionar a igualdade de oportunidades, mediante a diversificação de serviços educacionais, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos, por mais acentuadas que elas sejam”.

A partir dessa retrospectiva é importante observar que apesar do avanço obtido pela educação especial no Tocantins, com base no trabalho desenvolvido pela Federação das APAES em parceria com a SEDUC-TO e outros órgãos ainda é prematuro afirmar a consolidação do atendimento de qualidade e efetivo da educação para o público das pessoas com deficiência.

Neste sentido, vislumbra-se a importância de maiores estudos e pesquisas a respeito da expansão da educação especial no território tocantinense, o que possibilitará maiores reflexões quanto ao atendimento educacional as pessoas com deficiência, o aumento de material para debate em ambientes acadêmicos, órgãos governamentais e também como base de estudo e referência dos profissionais que realizam seu trabalho pautado na busca em oferecer maior qualidade nas atividades e estímulo contínuo aos alunos com deficiência, promovendo em parceria com todos os pilares da educação (escola, sociedade e família) para inclusão destes alunos não só no espaço escolar como em todos os ambientes da sociedade.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Giovani Ferreira. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE): delineamento de uma gênese histórica. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, volume. 27, n. 1, jan./mar, 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001**. Brasília: CNE/CEB, 2001.

CAVALCANTI, Lana de Souza. O ensino de geografia na escola. Campinas, SP: **Papirus**, 2012. p. 45 – 47.

CORRÊA, Maria Angela Monteiro. Educação especial v.1 / Maria Angela Monteiro Corrêa. – 5.a reimp. Rio de Janeiro: **Fundação CECIERJ**, 2010. 208p.

CROZARA, T. F.; SAMPAIO, A. Á. M. Construção de material didático tátil e o ensino de geografia na perspectiva da inclusão. **Anais Eletrônicos** do VIII Encontro Interno/XII Seminário de Iniciação Científica, Uberlândia. [2008].

DOMINGOS, Maria Aparecida. A escola como espaço de inclusão: Sentidos e significados produzidos por alunos e professores no cotidiano de uma escola do sistema regular de ensino a partir da inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais. Dissertação (Mestrado) - **Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte**, 2005. 372 p.

Federação das APAES do Tocantins (FEAPAES). Diretrizes de Cooperação Técnica. 2017.



JANNUZZI, Gilberta de Martino. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

Lei nº 1.360, de 31 de dezembro de 2002. Institui o Sistema Estadual de Ensino. Diário Oficial do estado do Tocantins, nº 1.347.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6.ed. São Paulo: **Atlas**, 2006.

MAZZOTTA, Marcos José da Silva. Fundamentos da educação especial. **Livraria Pioneira Editora**, 1982.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação Especial no Brasil - História e políticas públicas. São Paulo: **Cortez**, 2005.

WESTENHOFEN, Élin Regina. O cotidiano da inclusão escolar: significados, discursos e práticas inclusivas no município de Arroio do Meio-RS. Lajeado, RS, 2016.